

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA: PRÁTICAS EM ETVS NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Joceane Santos Dornelles¹
César Augusto Robaina Filho²
Hanna Gabriela Moro³
Tania Micheline Miorando⁴
Mariglei Severo Maraschin⁵

RESUMO

Este trabalho é um recorte do que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho (GT) Educação Especial e Inclusiva, que integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica (Transformação). As discussões acerca da Educação Especial e Inclusiva têm se intensificado no campo educacional, especialmente no que se refere à garantia do direito à Educação em diferentes contextos de ensino. Nesse cenário, a Educação Profissional e Tecnológica apresenta desafios e potencialidades próprias, exigindo reflexões que articulem formação, inclusão e trabalho pedagógico comprometido com a diversidade. Assim, este estudo tem como objetivo olhar para como as práticas inclusivas desenvolvidas em escolas técnicas vinculadas às universidades federais (ETVs) contribuem para a efetivação da cidadania e dos direitos humanos dos estudantes públicos da Educação Especial. Como metodologia para a construção desta investigação, adotou-se uma abordagem qualitativa. Para a produção dos dados, utilizou-se um questionário com discentes público da Educação Especial, de uma universidade federal. Os resultados indicam que, apesar dos avanços na implementação de políticas e ações inclusivas - como adaptação curricular por parte de alguns professores, oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e profissionais de apoio - ainda persistem desafios. Entre eles, destacam-se questões relacionadas à formação docente, à acessibilidade pedagógica, atitudinal, física bem como à consolidação de práticas inclusivas no contexto escolar. Dessa forma, conclui-se que as ETVs desempenham um papel importante na promoção da inclusão, ao articularem a formação técnica ao compromisso social. No entanto, evidencia-se a necessidade do fortalecimento de políticas e ações institucionais, formação e no desenvolvimento de uma cultura inclusiva, a fim de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, aprendizagem e a participação plena dos estudantes públicos da Educação Especial no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Profissional Inclusiva, Promoção da Cidadania, Escolas Técnicas Vinculadas.

1 Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria- RS, joceanedornelles.17@gmail.com;

2 Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria- RS, cesar-filho1@educar.rs.gov.br

3 Graduanda do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria- RS, hanna.gabriela@acad.ufsm.br;

4 Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Maria - RS, tania.miorando@ufsm.br.

5 Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Maria - RS, marigleism@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva, na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), constitui-se como um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade urgente no atual cenário educacional. Ao buscar garantir o acesso e a permanência de todos/as os/as estudantes, respeitando suas singularidades, somos convidados/as a pensar que a inclusão vai além da adaptação de espaços físicos ou metodologias, é a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a diversidade. Assim, este trabalho dialoga sobre os caminhos e possibilidades para a efetivação de uma Educação verdadeiramente inclusiva na EPT, considerando seus desafios, avanços e a importância de uma formação que articule saberes técnicos e humanos.

Este trabalho é um recorte das discussões e investigações desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) Educação Especial e Inclusiva, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica (Transformação). Nesse espaço coletivo de reflexões e produção de conhecimento, têm sido problematizadas questões relacionadas à inclusão, às práticas pedagógicas e os desafios enfrentados na garantia de uma Educação que contemple a diversidade dos sujeitos.

A Educação Especial (EE) é uma modalidade de ensino reconhecida na LDB nº 9394/96, e de acordo com a legislação, perpassa todos os níveis, etapas e modalidades do sistema escolar, realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 1996).

As discussões acerca da Educação Especial e Inclusiva têm se intensificado no campo educacional, especialmente no que se refere à garantia do direito à Educação em diferentes contextos de ensino, evidenciando a necessidade de repensar concepções, práticas e políticas que historicamente contribuíram para a exclusão de muitos sujeitos. Nesse cenário, a inclusão passa a ser compreendida como um princípio ético e político que orienta a construção de ambientes educacionais mais justos, democráticos e acessíveis, nos quais as diferenças são reconhecidas e valorizadas. Ampliar esse debate torna-se fundamental para promover uma educação comprometida com a equidade e com o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Nessa perspectiva, a Educação Especial pode ser compreendida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da Educação, tendo como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008). Mais



do que um conjunto de práticas isoladas, ela se constitui como um campo que orienta a construção de estratégias pedagógicas, recursos e serviços que atendam às necessidades específicas desses sujeitos, promovendo sua inclusão nos espaços escolares. Nessa perspectiva, a Educação Especial não se configura como um sistema paralelo, mas como parte integrante da Educação comum, contribuindo para que tenhamos uma escola mais inclusiva, equitativa e comprometida com a diversidade.

A Educação Inclusiva pode ser entendida como uma perspectiva educacional que defende o direito de todos/as os/as estudantes de aprenderem juntos/as, no mesmo espaço escolar, independentemente de suas diferenças, sejam elas físicas, cognitivas, sociais, culturais ou econômicas, como citado na declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Mais do que integrar, para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) a inclusão é transformar a escola, suas práticas, currículos e relações, de modo a acolher e valorizar a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Assim, a Educação Inclusiva se fundamenta em princípios de equidade, participação e justiça social, buscando garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o aprendizado significativo de todos os sujeitos.

Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015) impactou a Educação Especial, como benefícios como a Educação Inclusiva como direito incondicional, segundo esta lei, nenhuma pessoa com deficiência pode ser excluída do sistema educacional regular, tanto em escolas públicas ou privadas. Outro aspecto foi a acessibilidade obrigatória em todas as instituições de ensino, tanto a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, quanto a pedagógica, além da garantia de recursos de apoio a tecnologias assistivas, profissionais de apoio escolar, agora reconhecidos por lei, a proibição de cobranças adicionais de mensalidades em escolas privadas.

Nesse cenário, a Educação Profissional e Tecnológica apresenta desafios e potencialidades próprias, exigindo reflexões que articulem formação, inclusão e práticas pedagógicas que sejam comprometidas com a todos os sujeitos. Ao mesmo tempo em que demanda o domínio de conhecimentos técnicos e científicos, esse campo educativo precisa considerar as singularidades de cada um, criando condições para que todos possam participar de forma plena dos processos formativos. Assim, pensar a inclusão na EPT implica problematizar currículos, metodologias e formas de avaliação, buscando construir práticas que integrem saberes, promovam a autonomia dos estudantes.



A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem uma importante contribuição no cenário formativo da educação inclusiva. A EPT é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

A EPT prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Com esta concepção, a LDB (Brasil, 1996) situa a Educação Profissional e Tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988), ao incluir o direito à “educação” e à “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

Dessa forma, o estudo que apresentamos tem como objetivo analisar de que maneira as práticas inclusivas desenvolvidas em escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETVs) contribuem para a efetivação da cidadania e dos direitos humanos dos/as estudantes públicos da Educação Especial. Busca-se evidenciar como as ações pedagógicas, institucionais e formativas podem fortalecer a inclusão, promovendo uma Educação de forma igualitária para todos.

METODOLOGIA

Como metodologia para a construção desta investigação, adotou-se uma abordagem qualitativa, por compreender que tal perspectiva possibilita apreender, de forma mais sensível e aprofundada, as experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a escolha por essa abordagem está alinhada ao objetivo do estudo, que busca compreender como as práticas inclusivas contribuem para a efetivação da cidadania e dos direitos humanos, considerando a complexidade e a subjetividade que atravessam o campo da Educação Especial e Inclusiva.

A pesquisa qualitativa se caracteriza pela busca de compreensão profunda dos fenômenos sociais, essa valoriza as experiências, significados e contextos, ao invés de quantificá-los (Marconi; Lakatos, 2019), dessa forma as autoras afirmam que “a pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender a complexidade dos fenômenos, situando-os em



seus contextos e considerando a perspectiva dos sujeitos envolvidos” (Marconi; Lakatos, 2019, p.198).

Para a produção dos dados, utilizou-se um questionário aplicado a discentes públicos da Educação Especial, vinculados a uma Universidade Federal. Conforme Silva e Menezes (2001, p. 33),

Questionário: é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento. (SILVA E MENEZES, 2001, p. 33)

O instrumento foi elaborado com questões abertas, permitindo que os participantes expressassem suas vivências, opiniões e percepções acerca das práticas inclusivas presentes no contexto educacional em que estão inseridos. A opção pelo questionário se deu pela possibilidade de alcançar diferentes sujeitos, garantindo espaço para a escuta de suas vozes e experiências, fundamentais para a compreensão do fenômeno investigado.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar recorrências, sentidos e aspectos significativos presentes nas respostas dos participantes. A partir desse movimento, foram construídas categorias de análise que possibilitaram dialogar com o referencial teórico adotado, contribuindo para uma leitura crítica das práticas inclusivas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu não apenas descrever a realidade investigada, mas também problematizá-la, evidenciando suas potencialidades e desafios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que, apesar dos avanços na implementação de políticas e ações inclusivas, como a adaptação curricular realizada por alguns professores, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a presença de profissionais de apoio, ainda persistem desafios no cotidiano educacional. Entre eles, destacam-se a necessidade de maior articulação entre os diferentes setores institucionais, a ampliação da formação docente para a inclusão e a garantia de práticas pedagógicas que contemplem, de fato, as especificidades dos estudantes. Nesse contexto, evidencia-se que a consolidação de uma educação inclusiva



demanda não apenas a existência de políticas, mas o fortalecimento de ações contínuas e integradas que assegurem a efetiva participação e aprendizagem de todos/as.

Entre esses desafios, destacam-se as questões relacionadas à formação docente, que se mostram centrais para a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas. Observa-se que muitos professores ainda não se sentem suficientemente preparados para atender às especificidades dos estudantes públicos da Educação Especial, o que pode limitar a construção de estratégias pedagógicas mais acessíveis e significativas. Torna-se fundamental investir em processos formativos contínuos, que promovam a reflexão crítica sobre a prática, uma vez que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 2016, p.21). O compartilhamento de experiências e a construção coletiva de conhecimentos, fortalecendo o compromisso com uma educação que reconheça e valorize a diversidade como princípio educativo.

Além disso, os desafios relacionados à garantia da acessibilidade em suas múltiplas dimensões, pedagógica, atitudinal e física, são aspectos fundamentais para a consolidação de práticas inclusivas no contexto escolar. A acessibilidade pedagógica diz respeito à adequação de metodologias, recursos e formas de avaliação que favoreçam a aprendizagem de todos, enquanto a acessibilidade atitudinal envolve a superação de preconceitos e a construção de uma cultura escolar pautada no respeito e na valorização das diferenças. Já a acessibilidade física refere-se às condições estruturais que possibilitam o acesso e a circulação dos estudantes nos espaços institucionais. Nesse sentido, a efetivação de uma educação inclusiva demanda a articulação entre essas dimensões, de modo a promover não apenas o acesso, mas a participação plena e o desenvolvimento dos sujeitos em sua integralidade.

Nesse contexto, conclui-se que as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETVs) desempenham um papel importante na promoção da inclusão, ao articularem a formação técnica ao compromisso social. As escolas técnicas vinculadas às universidades federais constituem instituições públicas de educação profissional que integram a estrutura das universidades, ofertando cursos técnicos e, em alguns casos, outras modalidades de ensino, articulando formação básica e formação profissional no âmbito da educação pública federal (Lei nº 11.892 de 2008). Ao integrarem conhecimentos científicos e tecnológicos com princípios de equidade, essas instituições têm potencial para contribuir de maneira significativa na construção de trajetórias formativas mais acessíveis e emancipatórias para os estudantes públicos da Educação Especial. Assim, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios, as ETVs se afirmam como espaços estratégicos para o fortalecimento de práticas



inclusivas, evidenciando que a formação profissional pode e deve estar alinhada à garantia de direitos e à valorização da diversidade.

No entanto, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das políticas e ações institucionais, de modo que a inclusão deixe de ser pontual e passe a constituir-se como princípio estruturante das práticas educativas nas ETVs. Isso é investir na formação inicial e continuada dos docentes e demais profissionais da Educação, bem como no desenvolvimento de uma cultura institucional inclusiva, que valorize a diversidade. Tal movimento requer não apenas diretrizes formais, mas também o engajamento dos sujeitos na construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, sensíveis e comprometidas com as especificidades dos estudantes públicos da Educação Especial.

Assim, Prieto (2019) explica que para a efetivação da educação inclusiva exige-se que as instituições educacionais avancem na construção de políticas, práticas e culturas que garantam a participação e a aprendizagem de todos, o que implica investimento na formação de professores e no compromisso coletivo com a valorização da diversidade como princípio educativo.

Dessa forma, para além de garantir o acesso, torna-se fundamental assegurar condições efetivas de permanência, aprendizagem e participação plena desses estudantes, especialmente no que se refere à sua inserção e atuação no mundo do trabalho. Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica é chamada a reafirmar seu papel social, promovendo uma formação que não apenas qualifique tecnicamente, mas que também contribua para a autonomia, a cidadania e o reconhecimento dos sujeitos em sua integralidade. Assim, os resultados e discussões deste estudo apontam para a urgência de consolidar práticas inclusivas que dialoguem com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o objetivo deste estudo, evidencia-se que as práticas inclusivas desenvolvidas nas escolas técnicas vinculadas às universidades federais (ETVs) desempenham um papel fundamental na promoção da cidadania e na efetivação dos direitos humanos dos estudantes públicos da Educação Especial. Mais do que garantir o acesso, tais práticas demonstram a importância de construir condições concretas de permanência, participação e aprendizagem significativa, reconhecendo as singularidades dos sujeitos e valorizando suas potencialidades. Nesse sentido, a inclusão se materializa quando há



intencionalidade pedagógica, compromisso institucional e a construção de uma cultura escolar que compreende a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

Por outro lado, os resultados também apontam para a necessidade de continuidade e aprofundamento dessas ações, considerando os desafios ainda presentes no cotidiano escolar, como a formação docente, a adequação de recursos e a consolidação de práticas pedagógicas mais acessíveis e equitativas. A consolidação de sistemas educacionais inclusivos demanda mudanças estruturais que envolvem desde a formulação de políticas públicas até a reorganização do trabalho pedagógico e da cultura escolar, de modo a assegurar condições efetivas de acesso, permanência e aprendizagem aos estudantes públicos da educação especial (Fleith, 2020).

Assim, reafirma-se que a efetivação da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica requer um movimento coletivo, crítico e permanente, que envolva diferentes atores e instâncias institucionais. Desse modo, fortalecer as práticas inclusivas nas ETVs é também fortalecer uma educação comprometida com a justiça social, com a dignidade humana e com a construção de uma sociedade mais democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASILa. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASILb. Ministério da Educação do Brasil. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

FLEITH, Denise de Souza. **Educação inclusiva: fundamentos, políticas e práticas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



PRIETO, Rosângela Gavioli. **Políticas públicas de educação inclusiva: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994.

